

Garibaldi reúne líderes para definir pauta pré-eleitoral

As lideranças partidárias reúnem-se nesta terça-feira com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, para definir que projetos serão considerados prioritários em um segundo

semestre legislativo prejudicado pela campanha eleitoral. Nas comissões, o destaque é a discussão, na CCJ, de projetos que restringem escutas telefônicas pela polícia.

PÁGINAS 2 E 3



BRUCE FRITZ-USDA

Colheita de milho nos Estados Unidos: altos subsídios dados pelo governo americano aos seus produtores são um dos entraves ao acordo que poderia tornar mais livre o comércio mundial

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 9

Falta de acordo sobre comércio pode trazer prejuízos ao Brasil

O fracasso da reunião de 151 países em Genebra em busca de uma nova ordem no comércio internacional – a chamada Rodada Doha – pode causar prejuízos ao Brasil, em especial nas

exportações de matérias-primas para os países ricos. A culpa é de uma possível elevação dos subsídios, prevê o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

PÁGINAS 6 E 7

Mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal recebem crítica de senadores

PÁGINA 4

Parlasul rejeita volta de frota naval americana ao Atlântico

PÁGINA 5

Athos Bulcão, morto aos 90 anos em Brasília, recebe homenagens

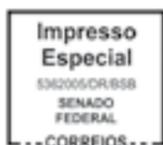
PÁGINA 8

— cidadania

As incômodas conseqüências do bruxismo

Fortes dores de cabeça e desgaste dos dentes são algumas das conseqüências de um problema que afeta nada menos que 15% da população mundial: o bruxismo. Essas pessoas, durante o sono, apertam e rangem os dentes involuntariamente.

PÁGINA 12



COMISSÕES

CCJ vota restrições a grampos telefônicos

A divulgação do conteúdo de escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal levantou a discussão sobre a necessidade de novas regras para autorizar os grampos e evitar o vazamento de informações sob sigilo de Justiça. O presidente Lula cobrou a aprovação de projeto do Executivo, que tramita na Câmara e amplia o controle sobre as escutas. No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar nesta quarta-feira, em decisão terminativa, projeto do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que torna crime a divulgação de escuta sem autorização judicial.

As duas propostas (veja o quadro) aumentam as exigências para que um pedido de interceptação telefônica receba autorização judicial. A solicitação, a ser apresentada por escrito pela autoridade policial ao juiz, deverá comprovar a existência de indícios suficientes para justificar a escuta. Deve indicar ainda os números dos telefones que serão grampeados e os nomes dos titulares das linhas.

A preocupação com a identificação dos responsáveis pela execução ou acompanhamento da interceptação da comunicação também é comum aos dois textos.



Ministro da Justiça Tarso Genro (D): interesse do governo federal, que enviou projeto ao Congresso, é regulamentar a questão

O objetivo é permitir a responsabilização criminal em caso de vazamento de informações sigilosas.

A proposta de Jarbas Vasconcelos estabelece que seja indicado o nome do delegado encarregado pela operação e a do Executivo (PL 3.272/08) obriga a prestadora responsável pela comunicação a indicar ao juiz o nome do técnico que fará o grampo.

De acordo com o PLS 525/07, será crime publicar ou divulgar conteúdos que estejam sob sigilo de Justiça, além da realização, sem a devida permissão do juiz,

de escuta ou quebra de sigilo telefônico, de informática ou telemático. O projeto tem parecer favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO).

Distribuição de gás natural em pauta

Outro assunto a ser debatido na CCJ em breve é o gás natural. O presidente da comissão, Marco Maciel (DEM-PE), anunciou para o dia 13 a votação do projeto do Executivo que reduz a participação dos estados na distribuição de gás aos usuários finais (PLC 90/07).

Férias e 13º podem ser isentos de descontos

Projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) quer acabar com a cobrança de Imposto de Renda na fonte e de contribuição à seguridade social sobre as férias, o 13º salário dos trabalhadores e o adicional de um terço de férias pagos aos trabalhadores.

Para Zambiasi, a Constituição pretendeu fazer justiça ao trabalhador ao conceder esses benefícios, portanto não caberia taxa de IR e de contribuição à Previdência sobre esses valores.

O projeto (PLS 685/07) está incluído na pauta que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina nesta quarta-feira e recebeu aprovação da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), mas com alterações. Lúcia Vânia manteve a proposta de isenção sobre a remuneração

de férias e respectivo abono de um terço, mas excluiu a de isenção de IR sobre o 13º salário. Segundo a relatora, sua tributação hoje se faz exclusivamente na fonte "e não compõe a base de cálculo do IR no mês em que é recebido, o que impede que esse rendimento seja onerado de maneira mais gravosa".

A CAS também examina relatório da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, elaborado pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), sobre visita, em julho, à Santa Casa de Misericórdia de Belém, onde 300 crianças recém-nascidas morreram durante o primeiro semestre deste ano. Para Papaléo, houve omissão das autoridades estaduais responsáveis pela Santa Casa.

Relatório sobre Santa Casa de Belém também está na pauta da CAS

Bolsista deverá dar apoio a programa de alfabetização

Todo universitário que tenha recebido ajuda federal para pagar as mensalidades do curso poderá ser obrigado, durante cinco anos, a dedicar pelo menos um semestre a projetos de alfabetização de adultos. É o que prevê projeto do presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cristovam Buarque (PDT-DF), que deve ser analisado nesta terça-feira pela comissão.

O projeto, que recebeu parecer favorável do relator, Gerson Camata (PMDB-ES), sugere ao governo criar o Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos e determina, ainda, que as

universidades deverão instituir programas de alfabetização de adultos, do contrário estarão impedidas de receber recursos da União.

Cristovam destaca que o país registra um índice de analfabetismo de 11,4% na população com 15 anos ou mais, o que corresponderia a 14 milhões de brasileiros. No Nordeste, esse índice chega a 22,4%.

A ação do poder público no combate ao analfabetismo deve ser combinada com o engajamento de diferentes atores sociais, num movimento de reforço da cidadania e da solidariedade social – defende Cristovam.

Ponto extra grátis para TV a cabo vai a votação

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que extingue a cobrança de taxa mensal por ponto extra de TV a cabo pode ser votado nesta quarta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O assunto levantou polêmica durante audiência pública com representantes de entidades de defesa do consumidor, das empresas e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou outro texto, modificando o projeto original (PLS 346/05). Decisão terminativa sobre a proposta caberá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CDH).

A CCT também vai analisar

projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), defende a aprovação da proposta (PLS 51/08).

A Política Nacional de Abastecimento tem, entre outros, os objetivos de assegurar à população a oferta e a qualidade dos alimentos e dos insumos indispensáveis à produção de gêneros alimentícios; proporcionar o acesso local a suprimentos médicos preventivos e emergenciais; estimular a formação de estoques reguladores e estratégicos, como forma de absorver excedentes e corrigir desequilíbrios nos preços de alimentos, combustíveis, energia, medicamentos e água potável, decorrentes de manobras especulativas.

Legislação e mudanças sugeridas

	Regras atuais (Lei 9.296/96)	Projeto do Executivo PL 3.272/08	Projeto do senador Jarbas Vasconcelos – PLS 525/07
Hipótese para autorização de interceptação telefônica	Investigação de crimes passíveis de pena de reclusão.	Além do previsto na lei atual, amplia quebra de sigilo para crimes sujeitos a detenção.	Restringe o grampo à investigação de delitos sujeitos a pena mínima acima de um ano de prisão.
Ações criminalizadas	Interceptação de comunicação telefônica, de informática ou telemática e quebra de sigilo de Justiça sem autorização judicial.	Violação de sigilo de comunicação telefônica de qualquer natureza sem autorização judicial e violação de sigilo de Justiça de quebra de sigilo telefônico.	Interceptação de comunicação telefônica, de informática e telemática, ou quebra, publicação ou divulgação de sigilo de Justiça, sem autorização judicial.
Punição prevista	Dois a quatro anos de reclusão e multa.	Não muda lei em vigor.	Dois a cinco anos de prisão mais multa, com agravamento da pena de um terço até metade se o crime for cometido por servidor público.
Deve constar do pedido de autorização ao juiz	Descrição genérica da infração penal investigada, para justificar necessidade da escuta.	Descrição dos fatos investigados. Indicação de indício suficiente da prática do crime. Relação dos números de telefones a serem grampeados.	Descrição da infração penal determinada, para justificar necessidade da escuta. Indicação de indício suficiente da prática do crime. Relação dos números de telefones a serem grampeados.
Responsabilização pela execução e pelo acompanhamento da escuta telefônica	Não prevê a indicação de responsáveis.	Determina a indicação, pela prestadora do serviço de comunicação, do nome do técnico que efetuará o grampo.	Determina que seja indicada a autoridade policial responsável pelo caso. Prevê acompanhamento, pelo delegado, do serviço técnico de execução do grampo.

Maior agilidade na tramitação de processo penal

A CCJ também incluiu em sua pauta a votação, em decisão terminativa, do projeto do senador Demostenes Torres determinando que, em casos de condenação, as razões para recurso de apelação não podem ser apresentadas em instância superior. O objetivo do senador é acelerar o andamento de processos que tramitam na Justiça brasileira. Ele acredita que a lei vigente atrasa o andamento dos processos penais.

Demostenes propõe (PLS 98/04) que seja revogado o parágrafo 4º

do artigo 600 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941), que permite aos réus apresentarem as razões do recurso de apelação diretamente na instância superior àquela na qual foi determinada a condenação.

– Quando foi criado o Código de Processo Penal, em 1941, o dispositivo visava acudir a falta de advogados nas cidades do interior, permitindo a apresentação de justificativa da apelação em tribunal superior, nas capitais. Hoje, essa prerrogativa virou causa de pro-

crastinação, pois, após a apelação, o processo precisa voltar ao promotor que atuou no caso, o que pode levar até um ano – explica o senador.

Atualmente, observa Demostenes, a existência de advogados até mesmo nas pequenas cidades do interior do país torna desnecessária a manutenção da regra prevista no Código de Processo Penal.

– Pelo projeto, quem entrar com recurso tem que apresentar as razões da apelação em instância de primeiro grau – disse.

GASTO PÚBLICO Governo quer flexibilizar Lei de Responsabilidade Fiscal para evitar prejuízos a entes federativos

Senadores resistem a mudanças na LRF

As mudanças que flexibilizam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) previstas em projeto de lei complementar (PLC 92/08) mal começaram a ser discutidas no Senado e já causam grande rebulição. A proposta do Executivo é restringir as punições previstas pela Lei 101/00 apenas ao órgão ou Poder que não cumprir seus limites de gastos com pessoal.

Hoje, todo ente federativo (União, estado, município e Distrito Federal) acaba sendo impedido de realizar operações de crédito, de obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e de receber transferências voluntárias quando um órgão ou Poder não cumpre os limites de gastos com pessoal. Nesses casos, é dado o prazo de oito meses para correção.

A despesa total com pessoal em cada ente da Federação não pode exceder a 50% da receita corrente líquida (soma das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, e de outras receitas, com deduções como os valores transferidos por determinação constitucional) na União, e a 60% nos estados e municípios.

Depois há a repartição desses limites entre os órgãos e Poderes. Nos estados, por exemplo, são 3% para Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público estadual.

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que encaminhou a proposta à Câmara no ano passado (aprovada por essa Casa em maio deste ano), a intenção é "dar um tratamento mais justo àqueles Poderes e órgãos que estão observando seus sublimites de gastos com pessoal". O governo argumenta ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) sinalizou em decisão liminar que um Poder não pode ser penalizado pelo descumprimento de outro.

Com isso, a Secretaria do Tesouro Nacional já determinou, com relação a transferências voluntárias, que o cumprimento da exigência do limite seja observado unicamente por meio do CNPJ do tomador principal e do órgão beneficiário da transferência.

Debate na CCJ terá governadores

O assunto vai ser debatido no

próximo dia 13 com especialistas e governadores em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Tasso Jereissati (PSDB-CE) é o relator do projeto. Em Plenário, alguns senadores já se manifestaram contra a proposta.

– Eles querem acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não vamos deixar – disse Mão Santa (PMDB-PI).

Para o senador, o Plano Real e a LRF garantiram a estabilidade econômica do Brasil.

– Cabe ao Senado, agora, barrar essa insensatez. O que o governo propõe é um estupro da LRF. É verdade que os Poderes são independentes, mas o ajuste fiscal não pode ser exigido apenas do Executivo. Até porque o caixa é um só – afirmou Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) avalia que o projeto "introduz elementos de afrouxamento ainda maior". Mas o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), diz que a proposta será melhorada.

– O projeto procura individualizar a responsabilidade dos Poderes. Já estou estudando emendas para punir aqueles que não cumprem a lei, em geral o Judiciário e o Legislativo, e que prejudicam o Executivo – ressalta.



Tasso Jereissati é o relator do projeto, criticado em Plenário por alguns senadores e tema de audiência pública na próxima semana

Legislativo, Judiciário e Ministério Público fora da lei

Na maior parte dos casos, o Executivo é o Poder que consegue cumprir os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal com gastos de pessoal. Mesmo assim, acaba sendo o mais prejudicado pelas punições impostas.

Isso ocorre porque é o Executivo que geralmente contrata operações de crédito e recebe as transferências voluntárias – os recursos correntes ou de capital repassados de um ente federativo para outro para cooperação, auxílio ou assistência financeira.

Nessas transferências estão embutidos os recursos disputados pelos parlamentares em emendas quando da definição do Orçamento. O problema é que Legislativo, Judiciário e Ministério Público estaduais muitas vezes extrapolam os limites impostos a eles pela Lei 101/00.

– Dá para entender a natureza do projeto, já que aparentemente ocorre certa injustiça. A LRF é um mecanismo muito forte de controle. Quando algum Poder ou órgão não cumpre, seja Legislativo, Judiciário ou Ministério Público, o Executivo pressiona para que se enquadrem. Não

é o mecanismo ideal, mas é o que está funcionando – explica o professor da Fundação Getúlio Vargas Samuel Pessoa.

Por isso, enfatiza Pessoa, se a punição for limitada somente ao Poder ou órgão que não a cumpre, muitos acabarão por extrapolar novamente os percentuais permitidos pela LRF. Isso porque na legislação atual não há como puni-los diretamente.

– A LRF não define punições para esses Poderes ou órgãos. O que vigora é o princípio da solidariedade, em que acaba se punindo o ente federativo – diz o professor da FGV.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei complementar (PLC 92/08) recebeu emenda do deputado Henrique Fontana (PT-RS) pela qual municípios e estados endividados são autorizados a reestruturar o valor das dívidas com a União, mesmo que tenham ultrapassado os limites de despesas com pessoal.

– As operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas têm por objetivo melhorar as condições financeiras da dívida para reduzir o seu custo – explica o deputado.

Estados alegam que são os mais prejudicados

Os estados alegam ser os mais prejudicados com as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em maio deste ano, nove estados – Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amapá, Rondônia e Roraima – e o Distrito Federal estavam com dificuldades para cumprir a lei, já que em pelo menos um dos Poderes havia descumprimento do limite de gasto com pessoal.

O governador de Sergipe, Marcelo Déda, é um dos que encabeçam campanha para que haja alterações na Lei 101/00. Em 2006, o estado ficou impedido de receber recursos devido a problemas com a folha de pessoal, que extrapolava os limites no Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

Também no Rio Grande do Sul, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas ultrapassavam seus limites de pessoal até o ano passado, o que impossibilitava o Executivo gaúcho de concretizar acordo com o Banco Mundial.

O Espírito Santo é um dos es-

tados que consegue atender as demandas da lei. Para o secretário estadual da Fazenda em exercício, Bruno Negriz, a lei se constitui no principal instrumento regulador das contas públicas do país e não deve ser objeto de mudança.

– A LRF é recente e ainda está em fase de maturação. Por isso, não tem de ser alterada – diz.

Para os municípios as alterações propostas pelo PLC 92/08 não devem ocasionar grandes mudanças. Isso porque a maioria dos entes municipais está em dia com a lei. A informação é da coordenadora do departamento jurídico da Confederação Nacional dos Municípios, Elena Garrido. Em 2006, somente 145 municípios gastavam mais de 60% da receita corrente líquida com a folha de pessoal.

– Os municípios estão cumprindo a lei, o que não acontece nos estados. A LRF é muito bem feita, estabelece limites, controles e, em decorrência disso, o gestor tem como contestar as pressões que sofre. É uma segurança para os bem-intencionados – afirma.

Como estavam os municípios em 2006



Do total de 5.564 municípios brasileiros...

- ...24 tinham índice de endividamento superior a 1,2% da receita corrente líquida;
- 145 gastavam mais de 60% da receita corrente líquida com a folha de pessoal. Esse é o percentual limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 1.915 tinham mais restos a pagar do que disponibilidade em caixa;
- 2.654 tinham déficit primário (soma das receitas menos as despesas do governo, sem contar os gastos com juros das dívidas interna e externa).

Obs: Receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, e de outras receitas, com deduções como os valores transferidos pela União por determinação constitucional.

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios

Limites de gastos com pessoal (Lei 101/00)*

Poderes e órgãos	Esferas		
	Federal	Estadual	Municipal
Legislativo com Tribunal de Contas	2,5%	3%	6%
Judiciário	6%	6%	-
Executivo	40,9%	49%	54%
Ministério Público	0,6%	2%	-
Total*	50%	60%	60%

* O percentual incide sobre a receita líquida corrente

MERCOSUL

Ação militar dos EUA é criticada no Parlasul

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou, por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), declaração que considera “inopertuna e desnecessária” a reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, cuja área de atuação é o Atlântico Sul. O texto ressalta que a América do Sul é uma região “pacífica e democrática”, onde conflitos são resolvidos conforme os princípios da não-intervenção e da solução negociada de divergências.

Criada em 1943, diante da ameaça nazista durante a 2ª Guerra Mundial, a frota foi extinta em 1950 e acaba de ser recriada pelos Estados Unidos. De acordo com o governo norte-americano, a Quarta Frota teria como principais objetivos ações de assistência humanitária e de prevenção do narcotráfico.

A declaração aprovada sustenta que o combate ao narcotráfico

“pode e deve ser feito dentro dos parâmetros estabelecidos em inúmeros acordos bilaterais e multilaterais, num ambiente de cooperação diplomática pacífica e em estrita observância à soberania de todos os países”. A militarização de conflitos e problemas regionais, alerta ainda o Parlamento, “poderá resultar em insegurança hemisférica e comprometer a integração da América do Sul e do próprio Mercosul”.

Na votação da declaração, os parlamentares do Uruguai e do Paraguai se abstiveram. A bancada argentina considerou que a medida atende a motivos baseados na História, tendo em vista as intervenções americanas no passado, que resultaram em ditaduras militares. Os parlamentares da Venezuela consideraram a reativação da Quarta Frota “uma provocação e uma ameaça à paz regional”.

Parlamento pede unidade do bloco em negociações

Por sugestão do senador Aloizio Mercadante, o Parlamento do Mercosul declarou apoio à unidade do bloco e do G-20 – grupo composto por países em desenvolvimento – nas negociações da Rodada Doha, promovidas pela Organização Mundial de Comércio (OMC). No texto, aprovado na segunda feira passada – antes, portanto, do anúncio sobre o fracasso das negociações para a abertura do comércio mundial –, foi manifestado o entendimento de que a Rodada Doha deve resultar em uma abertura dos mercados agrícolas das nações industrializadas.

Mercadante observou que ten-

tam explorar supostas diferenças entre Brasil e Argentina nas negociações – especialmente em relação à abertura do Mercosul para produtos industriais – e divisões no G-20.

– É essencial para o futuro da região que o bloco se posicione de forma coesa. Quem tem que fazer concessões neste momento são os países ricos – sustentou.

Mercadante lembrou que, durante a Rodada Uruguai, anterior à atual Rodada Doha, as concessões tarifárias oferecidas pelos países em desenvolvimento foram, em média, 2,3 vezes superiores às feitas pelos países desenvolvidos.



LEOPOLDO SILVA

Declaração que considera inoportuna reativação de frota americana foi sugerida por Mercadante

Adiado exame da proposta sobre contrato de Itaipu

A bancada brasileira conseguiu adiar a votação, pelo Parlamento do Mercosul, de proposta de declaração da bancada paraguaia que defendia a revisão do Tratado de Itaipu. O texto será analisado por duas comissões antes de voltar ao Plenário.

A declaração pede apoio à “livre circulação e disponibilidade dos recursos hidrelétricos dos Estados-partes nas condições que melhor convenham aos mesmos para seu pleno desenvolvimento”. O texto solicita ainda a “adequação dos tratados subscritos entre os Estados-partes, a fim de tornar possível a livre contratação da energia elétrica dentro do Mercosul”.

Parlamentares paraguaios re-

velaram inquietação em seu país com a impossibilidade, até o momento, de se “avançar na revisão do Tratado de Itaipu”.

Em resposta, o senador Aloizio Mercadante observou que Itaipu é um tema bastante sensível para o relacionamento bilateral. Ele defendeu a realização de uma audiência pública sobre a questão, com a presença de diretores da Itaipu Binacional, antes da votação do projeto.

A Comissão de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca, do Parlasul, decidiu realizar, em setembro, o seminário “A transição energética e seu impacto sobre a geopolítica mundial”, em Caracas, na Venezuela.

Eleição direta pelos paraguaios

Tomaram posse na semana passada os 18 novos representantes do Paraguai no Parlamento do Mercosul – os primeiros parlamentares eleitos diretamente pela população para o órgão legislativo regional. Foi escolhido o deputado Ynacio Mendoza Unzain como novo vice-presidente paraguaio do Parlamento.

– Existe muita expectativa em relação ao Parlamento do Mercosul. Os produtores primários de nosso país sentem que existem assimetrias e querem que sejamos portadores de suas reivindicações – disse Unzain.

Argentina, Brasil e Uruguai também elegerão seus parlamentares pelo voto direto, juntamente com as próximas eleições gerais em cada país.

O senador Aloizio Mercadante reconheceu a necessidade de se enfrentarem as diferenças no nível de desenvolvimento de cada país do bloco. Entre as medidas está o fortalecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Para o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a posse dos parlamentares paraguaios “torna irreversível o processo de integração”.

INFLAÇÃO – Os ministros da Fazenda dos países que integram o Mercosul serão convidados a participar de debate sobre a crise econômica internacional e os seus reflexos sobre o bloco. A sugestão, apresentada pelo senador Aloizio Mercadante, foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários do Parlamento do Mercosul, presidida pelo deputado brasileiro Cezar Schirmer (PMDB-RS).

UNASUL – A Comissão de Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico se mostrou preocupada com a decisão dos governos da região de criar o Parlamento da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). A preocupação, especialmente entre os brasileiros, é que haja duplicidade de representação regional, no momento em que o Parlamento do Mercosul busca sua consolidação.

EXPLORAÇÃO – O Parlamento do Mercosul recomendou ao Conselho do Mercado Comum a adoção de uma política comum do bloco em relação ao uso dos recursos do Aquífero Guarani – uma das maiores reservas de água doce do planeta. O Parlamento também vai, por meio de uma comissão especial, analisar as legislações nacionais sobre o uso, exploração e controle da poluição das águas superficiais e subterrâneas do aquífero.

HOMENAGEM

Ingrid Betancourt confirma visita ao Senado brasileiro

A ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt aceitou o convite para participar de sessão em sua homenagem no Senado brasileiro. A comunicação foi feita em carta de próprio punho, de 19 de julho, encaminhada ao senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Ingrid Betancourt foi seqüestrada em 2002 pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), quando fazia campanha eleitoral como candidata à presidência daquele país pelo Partido Verde, e foi libertada no dia 2 de julho deste ano com outros 14 reféns das Farc, em operação do exército da Colômbia.

Para Simon, a presença de Ingrid em uma sessão do Senado dará força ao movimento que pede a libertação dos reféns ainda em poder das Farc. Ele entende que

uma homenagem do Senado a Betancourt é uma manifestação em favor dos direitos individuais e pela paz.

Na sua carta, Ingrid classifica o convite como “uma honra imensa”, que a “tocou sobremaneira”, e aceita “com respeito a distinção acordada”. Ela agradece especialmente ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento da homenagem, aprovado por unanimidade às 23h do dia da libertação da ex-senadora.

Suplicy considera importante conhecer a luta de Ingrid Betancourt para promover a pacificação da Colômbia por “instrumentos de política econômica e social que poderão contribuir para a construção de uma sociedade civilizada e justa no Brasil, na Colômbia e nas Américas”.

Em carta que enviou a Betancourt em



FLICKR



GERALDO MAGELA

Ingrid Betancourt, mantida por seis anos em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, será homenageada a pedido de Eduardo Suplicy

24 de julho, Suplicy manifestou seu desejo de discutir projetos de renda básica com a ex-senadora. Para o senador, essa é uma das políticas capazes de universalizar oportunidades, o atendimento à saúde, a produção cooperativa e o microcrédito.

Pela sua ligação com o Partido Verde,

disse Suplicy, Betancourt deve ter uma plataforma em defesa da renda básica cidadã e incondicional. Por isso, sugere que a renda básica seja posta como uma das condições para que as Farc e o governo do presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, aceitem um acordo de paz.

COMÉRCIO Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, admite que falta de acordo mundial sobre o comércio pode dar salvo-conduto aos EUA para elevarem seus subsídios agrícolas e, assim, prejudicar as exportações brasileiras



Lula acompanhado pelo casal Laura e George W. Bush: disputas entre emergentes e ricos não deixam que negociações avancem

Impasse pode custar caro a comércio externo nacional

Nem mesmo dez dias de reuniões serviram para que os 151 países-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) salvassem a Rodada Doha, negociações para um acordo comercial global iniciadas após os ataques de 11 de setembro de 2001, na esperança de impulsionar a economia mundial e produzir regras mais liberais para o comércio (veja matéria nesta página).

O acordo acabou não aceito, em especial pela Índia, segundo maior mercado consumidor potencial do mundo (atrás da China), com 1,1 bilhão de pessoas. Nações desenvolvidas e emergentes ficaram, mais uma vez, em campos opostos nas discussões sobre subsídios agrícolas e o acesso aos novos mercados dos produtos industriais. Intransigente na busca de um mecanismo de salvaguarda que protegesse o seu mercado de uma "invasão de importações", a Índia foi decisiva para o fracasso da reunião.

O resultado adverso frustrou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que alertou para consequências negativas para a economia brasileira. A mais grave, conforme o chanceler, pode

ser o aumento dos subsídios agrícolas americanos nos próximos anos, já que novas regras sobre a questão não foram acertadas. "Coloquei o máximo esforço nisso", declarou, descartando as críticas de que o Brasil teria apostado demais na Rodada Doha, em vez de optar, como outros países, por acordos bilaterais como forma de derrubar barreiras e abrir mercados para as exportações.

Os americanos deixaram claro que não reduziriam os subsídios se não tivessem um acesso maior aos mercados. Já os europeus indicaram ao Mercosul que não poderiam negociar um acordo entre as regiões sem saber o que ocorreria na OMC. Não era uma questão de querer privilegiar a OMC. Essa era a realidade - afirmou Amorim.

Até o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, admitiu que os países emergentes vão sentir mais o fracasso.

Senadores governistas e da oposição lamentaram o resultado do encontro da OMC. Delcídio Amaral (PT-MS) elogiou a postura

assumida pela delegação brasileira durante as reuniões.

A posição da nossa equipe foi a mais vantajosa possível em termos comerciais. Mas bate de frente com práticas já adotadas por outros países, que teimam em não entender que essas posições vão ser, no final, positivas para todo mundo, em especial para os países mais pobres.

Ele atribuiu a "dificuldades de caráter político" a falta de um acordo, citando como exemplo o ambiente eleitoral nos EUA.

O Brasil fez o possível, tentou de todas as formas colaborar na busca de uma solução. Você muitas vezes não consegue um acordo, mas o trabalho não é inteiramente jogado fora. O Brasil se cacifa cada vez mais na diplomacia mundial como um país que precisa ser ouvido e que defende teses fundamentais para o futuro do planeta, e não apenas de todos nós, sul-americanos.

Para o senador Gilberto Goellner (DEM-MT), as discussões poderão ser retomadas, mas não antes da posse do novo presiden-

te norte-americano.

A posição do Brasil foi coerente, justa, forte e refletiu os interesses dos setores agrícolas e de manufaturados. Enquanto o Brasil se preocupou, sendo um grande exportador, em liberalizar mercados dos dois principais consumidores mundiais, Índia e China insistiram em criar barreiras e cotas, em função da crescente demanda dos produtos oriundos do Brasil (soja, carne, açúcar e também o etanol).

Mas Goellner, empresário rural do setor de algodão, acredita que a falta de acordo não vá prejudicar as exportações. "No máximo, vai deixar na mesma", previu.

Não se alcançaram os objetivos de promover as importações e reduzir as tarifas cobradas nesses países (nos EUA, o caso específico do etanol). Ninguém quer abrir. Índia e China sabem da sua importância como consumidores de produtos agrícolas do Brasil e dos EUA. Não quiseram reduzir tarifas e o Brasil foi firme e não se resignou - completou.

Goellner lembrou que, na proposta feita pelos EUA na reunião, os subsídios para o algodão seriam reduzidos de US\$ 5 bilhões para US\$ 400 milhões.

Os problemas que levaram as negociações de Doha ao fracasso

Diferenças entre ricos e pobres, exportadores de commodities e importadores de manufaturados, economias movidas a subsídios e mercados abertos. Desde o seu início, em 2001, a concretização das metas da Rodada Doha esbarrou em enormes obstáculos. No final, a pá de cal nas esperanças de acordo, nas quais o Brasil investiu tanto esforço, acabou sendo jogada pela Índia, na forma de uma confusa proposta de proteger os produtores de países em desenvolvimento de um surto de importações.

Os analistas econômicos não contavam que o chamado Mecanismo Especial de Salvaguardas (SSM, em inglês) pudesse melar as chances de acordo. Em tese, havia outros temas mais espinhosos, como

o elevado nível de subsídios dados pelos Estados Unidos aos seus produtores agrícolas e uma variedade de exceções para os países em desenvolvimento no que diz respeito ao corte de tarifas industriais.

Em Genebra, os EUA propuseram reduzir seus subsídios agrícolas para até US\$ 14,5 bilhões - menos de um terço do teto atual, mas ainda duas vezes o que o país vem gastando para custear seus produtores rurais. Por isso, a oferta não agradou à maioria dos países em desenvolvimento. Até o final, os países ricos se opuseram firmemente aos mecanismos de proteção para as indústrias sugeridos por nações emergentes como China e Índia.

Foi o mecanismo de salvaguardas que bloqueou as ne-

gociações, produzindo desavenças irreconciliáveis entre três grupos: os americanos, em busca de compensações pela redução dos subsídios; países em desenvolvimento, como o Brasil, ansiosos em elevar suas exportações agrícolas; e os gigantes asiáticos emergentes, que queriam criar mecanismos de proteção para seus agricultores e suas indústrias, temendo uma invasão de importações.

Ainda que o impasse nas salvaguardas pudesse ser contornado, as negociações na OMC ainda continham uma série de outros temas polêmicos e que, em geral, colocam em lados antagônicos ricos e pobres, importadores e exportadores. Uma dicotomia que, aparentemente, não tem data para terminar.



Para que servem os subsídios

Ao longo das décadas, os países foram criando diversos instrumentos para proteger seus mercados ou incentivar seus produtores. Tarifas de importação (algumas chegam a 900% sobre o preço do produto), subsídios (domésticos, dados diretamente aos produtores, ou à exportação), cotas de importação e medidas sanitárias são os mais comuns.

Mas, entre as barreiras à livre circulação de bens, os subsídios são os mais clássicos e contestados. Eles são nada mais que um apoio financeiro dado pelo governo aos produtores, que se materializa na forma de preços mínimos capazes de garantir a viabilidade daquela atividade econômica.

O caso mais comum são os subsídios agrícolas. Por exemplo, um governo observa a flutuação dos preços do feijão no mercado e verifica que, abaixo de determinado patamar, os produtores não terão como lucrar com o cultivo. Assim, fixa-se um preço mínimo. Se na hora de vender a produção o preço de mercado estiver abaixo do mínimo, os subsídios complementam o valor. Há uma justificativa natural para a criação dos subsídios, em especial no caso do setor agrícola, sempre tão sujeito a fatores inesperados, como enchentes, secas e a flutuação de preços deles decorrentes. Acontece que, em muitos casos, os subsídios passam a ser empregados para proteger interesses econômicos de grupos, estabelecendo uma concorrência desleal no comércio internacional e distorções que interferem no valor real dos produtos no mercado.

O que é a Rodada Doha?

A Rodada Doha é o principal tema do comércio mundial da década. Trata-se das negociações (até agora infrutíferas) entre as maiores potências comerciais do mundo para incentivar a livre circulação de mercadorias. As negociações receberam o nome de Doha porque foi na capital do Qatar, em 2001, que pela primeira vez se cogitou dessa abertura do comércio mundial.

O nó mais visível das negociações é convencer a União Européia e os Estados Unidos a reduzirem os subsídios aos seus próprios produtos agrícolas e os impostos cobrados das mercadorias importadas. Em troca,

essas nações ricas querem que os países emergentes promovam uma abertura maior dos seus mercados aos manufaturados europeus e americanos.

Passados sete anos e várias outras reuniões dos mais diferentes tamanhos e formatos, a Rodada Doha prossegue como uma mera esperança, já que não se chega a um consenso que contemple os múltiplos e conflitantes interesses comerciais de cada país, ou bloco econômico. Algumas nações temem, por exemplo, que os ares liberalizantes possam gerar desemprego e dizimar setores industriais ou agrícolas inteiros, pela falta de preparo para enfrentar a feroz concor-

rência globalizada.

Todas essas questões foram grandemente discutidas nos anos recentes em reuniões em Cancún, Tóquio, Postdam, Ukunda, Genebra, Paris, Hong Kong (veja cronologia nestas páginas) e, na semana passada, novamente em Genebra. Até hoje, porém, não há um consenso mundial a respeito da abertura comercial.

Assim como o colapso da União Soviética levou à queda do Muro de Berlim, a Rodada Doha deruba por terra antigos conceitos que uniam países em torno de blocos ideológicos. Em um sistema econômico complexo e interdependente, nações em

desenvolvimento antes alinhadas nos temas políticos, como Brasil e Índia, hoje se colocam em posições antagônicas na defesa de seus próprios interesses comerciais.

Pelo menos, Doha teve o mérito de alertar o mundo para as muitas distorções que prevalecem no comércio internacional. Lançou luz, por exemplo, sobre os lobbies que trabalham pelas tarifas de importação altas e os subsídios em patamares enormes. Também expôs, como na mais recente reunião, a intransigência de alguns países emergentes, como a Índia, para negociar o acesso de produtos industriais a seu mercado.

Estados Unidos ainda não indenizaram produtor brasileiro

Com o fracasso da Rodada Doha, muitos países, entre eles o Brasil, temem que os Estados Unidos não cumpram regras multilaterais e não atendam decisões da Organização Mundial do Comércio. O Brasil mesmo conseguiu levar a termo este ano um contencioso agrícola na OMC após cinco anos de disputa com os americanos. Depois de apelar, os EUA foram novamente condenados na acusação de que estão prejudicando o comércio mundial

de algodão, com os subsídios ofertados a seus produtores.

Mesmo tendo perdido o painel (processo pelo não-cumprimento das regras ou compromissos estabelecidos), até hoje os EUA não acataram as decisões da OMC para que promovessem "ajustes administrativos" na política agrícola ou suspendessem os programas de créditos à exportação.

O Brasil solicitou a arbitragem da OMC para que seja definido o montante de indenização que tem

a receber dos EUA, caso decida pela retaliação. Os EUA podem utilizar até US\$ 19 bilhões por ano em subsídios para sua produção agrícola. No Brasil, o teto é de US\$ 982 milhões, mas o que é aplicado fica muito abaixo disso.

Curiosamente, este ano o Brasil deverá investir mais subsídios no setor algodoeiro que os EUA, mas respeitando os limites acordados. Os subsídios americanos para o algodão no período de 1999 a 2003 causaram perdas de

US\$ 478 milhões às exportações brasileiras.

Nesse mesmo período, o algodão americano passou de 17% para 42% de participação no mercado internacional. Com isso, os EUA dobraram suas exportações e causaram depressão dos preços.

Para a safra 2007/2008, o Brasil deve produzir 1,5 milhão de toneladas de algodão (um terço é exportado), mas a previsão é de que haja redução da área plantada nos próximos anos.



Produtores do Texas receberam subsídios e derrubaram preços do algodão entre 1999 e 2003, causando prejuízos à produção do Brasil

Cronologia

14 de novembro de 2001 - Dois meses depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, num movimento de solidariedade mundial, os países-membros da OMC reunidos em conferência ministerial em Doha, no Qatar, lançam Programa de Desenvolvimento, cujo objetivo é colocar a liberalização do comércio a serviço dos

países pobres. As nações ricas do Norte se comprometem a diminuir os subsídios agrícolas que penalizam os países do Sul. **14 de setembro de 2003** - A conferência ministerial de Cancún, no México, que deveria estabelecer um quadro para as negociações, transforma-se em confronto sobre a questão da agricultura. As

discussões são paralisadas.

12 de janeiro de 2004 - Os Estados Unidos relançam a Rodada Doha pedindo a definição de uma data para a eliminação dos subsídios às exportações agrícolas.

10 de maio de 2004 - A União Européia (UE), que paga 90% dos subsídios mundiais às exportações agrícolas, aceita a proposta.

1º de agosto de 2004 - Reunidos em Genebra, na Suíça, os países-membros acolhem, com um ano de atraso, o "quadro" das negociações que deveria ter sido aprovado em Cancún.

31 de dezembro de 2004 - Os países-membros deixam passar o prazo definido para o fim da rodada de negociações.

10 de outubro de 2005 - Os EUA sugerem reduzir em 70% os subsídios diretos aos agricultores americanos.

28 de outubro de 2005 - A UE propõe reduzir os direitos alfandegários agrícolas europeus de 35% a 60%, medida considerada insuficiente por seus parceiros.

18 de dezembro de 2005 - A conferência

de Hong Kong aprova a suspensão, em 2013, de todos os subsídios agrícolas e toma medidas a favor dos países mais pobres. **28 de janeiro de 2007** - Durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, algumas das autoridades presentes concordam em retomar o diálogo sobre a Rodada Doha.

21 de junho de 2007 - Brasil, União Européia, EUA e Índia se reúnem em Potsdam, na Alemanha, para retomar as discussões sobre Doha. O encontro acaba dois dias antes do previsto, quando Brasil e Índia decidem se retirar das negociações com o chamado G4, que inclui ainda os Estados Unidos e a União Européia.

30 de junho de 2007 - Expira a Trade Promotion Authority (TPA). Trata-se de uma legislação que permite ao presidente americano George W. Bush encaminhar ao Congresso um eventual acordo comercial, sem possibilidade de emendas. A expiração desse texto complica ainda mais as negociações.

HOMENAGEM

Senadores homenageiam a memória de Athos Bulcão

O pesar pela morte do artista plástico Athos Bulcão, ocorrida na véspera, marcou a sessão da última sexta-feira, quando o Senado retomou suas atividades, após 14 dias de recesso, com sessão plenária não-deliberativa.

No início da sessão, Gim Argello (PTB-DF) apresentou um requerimento de pesar. O senador lembrou que Athos Bulcão – que tinha 90 anos – colaborou em diversos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer durante a construção de Brasília. “A obra de Athos Bulcão ajudou a definir a identidade visual moderna e arrojada da nossa capital federal”, disse o senador.

– Bulcão largou a faculdade de Medicina para se dedicar à pintura, com pouco mais de 20 anos. Chegou a Brasília em 1958, quando da construção da cidade, e daqui não mais saiu, tornando-se, em 1997, cidadão-honorário da capital – recordou.

Gim também ressaltou a participação de Athos Bulcão na fundação da Universidade de Brasília (UnB), entidade que agraciou o artista com o título de Professor Emérito.

Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou permissão para assinar o requerimento de pesar, como um cumprimento “pelo extraordinário trabalho deste que desenhou



Adelmir Santana (D) recebe Athos Bulcão em seu gabinete, onde há quadros do artista que vivia em Brasília desde 1958

algumas das obras mais bonitas e importantes aqui de Brasília, inclusive no Palácio do Itamaraty, na Igreja Nossa Senhora de Fátima e outras”.

Marco Maciel (DEM-PE) também requereu voto de condólcias à família de Bulcão. Os votos foram encaminhados pela Secretaria Geral da Mesa do Senado à família do artista.

Athos Bulcão faleceu na quinta-feira, no hospital Sarah Kubits-

chek, em Brasília, onde estava em tratamento em razão do mal de Parkinson.

Adelmir Santana (DEM-DF) classificou a perda do artista como lastimável. “Brasília chora, lamenta a perda de um artista consagrado, que fez história na nossa cidade. Fez história como um homem ligado à inovação, à visão de futuro e a uma visão artística que muito embeleza toda a capital do país”, declarou.

Congresso abriga 15 obras do artista plástico, pioneiro na capital

Athos Bulcão costumava dizer que não assinava sua obra porque a obra já era a sua assinatura e o observador o identificaria ao observá-la. A informação é da também artista plástica Tânia Toledo Tenório, servidora do Senado, que ouviu esse comentário do próprio Bulcão.

Ao receber a notícia da morte do artista, arquiteto, escultor, pintor, desenhista e mosaicista, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

divulgou nota em que afirma que o artista estará para sempre com os brasilienses e com aqueles que visitam a capital.

– Um artista que deixou tantas obras espalhadas por Brasília não morre – declarou.

O senador refere-se às obras do artista carioca que estão em vários espaços públicos e turísticos de Brasília, como a Igreja Nossa Senhora de Fátima, o Parque da Cidade, o Palácio do Itamaraty, a

Universidade de Brasília, o Teatro Nacional, e o Congresso – que é privilegiado pela fartura de obras suas (15 no total) espalhadas em diversos pontos estratégicos do Senado e da Câmara.

Em sua maioria as obras datam de 1960, ano de inauguração da capital federal, mas sua última obra, de 2007, um painel de azulejos, localiza-se na Coordenação de Transportes do novo prédio do Centro de Formação, Treinamento

O senador lembrou que está instalada em Brasília a Fundação Athos Bulcão e que o Congresso tem, inclusive, garantido recursos orçamentários para a manutenção da instituição. A fundação desenvolve tecnologias de intervenção social junto a jovens e adolescentes por meio da arte, cultura e comunicação.

Gim Argello anunciou a composição da nova diretoria da fundação, criada em 1992: Orlando Taurisano foi eleito presidente, e Natanry Osório e Lea Portugal, vice-presidentes. A secretária-executiva será Valéria Maria Lopes Cabral e a assessora de imprensa, Ionara Talita Silva.

Em aparte, José Sarney (PMDB-AP) destacou que “um dos ícones” de Brasília é, “sem dúvida alguma, os azulejos feitos por Bulcão, na sua beleza, na simplicidade com que ele soube, em seus traços, retratar a luz e as formas da nova capital e do céu de Brasília”. Também em aparte, Eptácio Cafeteira (PTB-MA) disse considerar os desenhos de Athos Bulcão inovadores.

Efraim Moraes (DEM-PB) acrescentou que, tendo vivido em Brasília, “por força do cargo público que assumimos, há mais ou menos 20 anos, acompanhamos de perto a importância de Athos Bulcão para Brasília e para o Brasil”.

e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara.

Quem entra no Salão Negro pode observar a parede em mármore branco intercalada por desenhos retangulares em granito negro, também de sua autoria.

O artista, que veio para Brasília a convite do arquiteto Oscar Niemeyer, assina as paredes inteiras de azulejo nos salões Verde, da Câmara dos Deputados, e Azul, do Senado Federal.

Amor à arte e a Brasília

Athos Bulcão nasceu em 2 de julho de 1918, no Catete, bairro do Rio de Janeiro. Chegou a cursar faculdade de Medicina por três anos, mas largou o curso para se dedicar às artes. Aos 21 anos, os amigos o apresentaram ao pintor Candido Portinari, com quem trabalhou como assistente no Mural de São Francisco de Assis, na Pampulha, em Belo Horizonte, e aprendeu muitas lições sobre desenhos e cores.

Na casa do paisagista Burle Marx, conheceu o arquiteto Oscar Niemeyer, de quem se tornou amigo e parceiro de trabalho. Em 1957, recebeu um convite de Niemeyer para colaborar na construção da nova capital da República.

No ano seguinte, mudou-se definitivamente para Brasília. Existem mais de 200 obras de Bulcão na integração da arte à arquitetura espalhadas pela cidade, em locais como Congresso Nacional, Parque da Cidade, Igreja Nossa Senhora de Fátima, Teatro Nacional, Palácio do Itamaraty, Universidade de Brasília (UnB), várias escolas públicas da capital, Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek e Memorial JK, entre outros.

Bulcão trabalhou na UnB entre 1963 e 1965, como professor. Ele pediu demissão com outros 200 professores em protesto contra a ditadura militar. Em 1988, voltou a lecionar na universidade.

Pinturas em azulejos, mosaicos, integrações arquitetônicas, gravuras, máscaras, pinturas, desenhos e até fotomontagens compõem suas obras.

Bulcão foi amigo de alguns dos mais importantes artistas brasileiros modernos, os maiores responsáveis por sua formação, como os artistas plásticos Carlos Scliar, Pancetti, Enrico Bianco e Milton Dacosta, o escultor Alfredo Ceschiatti e os escritores Vinicius de Moraes, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Jorge Amado e Manuel Bandeira.

PLENÁRIO

Efraim falará ao Plenário sobre denúncia

Em resposta a questionamento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), informou que fará, na próxima semana, pronunciamento sobre notícias veiculadas pela imprensa referentes a contrato firmado entre o Senado e o site *Paraíba.com*. O senador afirmou que a

discussão em torno do tema foi resultado da divulgação de informação incorreta sobre os valores do contrato.

– Toda essa polêmica partiu de uma manchete que dizia que tínhamos um contrato com o site *Paraíba.com* no valor de R\$ 48 mil por mês, onde, na realidade, o contrato é de R\$ 4 mil por mês,

perfazendo um valor total de R\$ 48 mil por ano. O contrato está à disposição, até porque se trata de uma matéria que foi aprovada, visando à divulgação do Senado Federal – assinalou Efraim.

O senador disse ainda que o mesmo tipo de divulgação do Senado é feito em veículos de comunicação de outros estados.

Suplicy elogia atuação do ex-ministro Gil

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) classificou como “extraordinária contribuição” o trabalho que o ex-ministro Gilberto Gil prestou à cultura e à arte do povo brasileiro e ao governo do presidente Lula. Suplicy também expressou o desejo de que Juca Ferreira, nomeado na sexta-feira passa-

da, em caráter interino, para o cargo de ministro da Cultura, possa desempenhar muito bem a sua responsabilidade à frente da instituição.

– Acho que o seu secretário-executivo, Juca Ferreira, teve uma convivência com Gilberto Gil de grande relevância e expressão, dialogando com todos os

setores da área cultural – disse.

Suplicy ainda destacou avanços no controle da violência e na área da educação no Piauí. Ele ressaltou que, no último dia 25, esteve na capital Teresina, onde participou de debate sobre como o rap e o hip-hop podem contribuir para diminuir a violência e o uso das drogas.

ADVOCACIA - O senador José Sarney (PMDB-AP) fez um pedido na última sexta-feira para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vete, na sua totalidade, o projeto de lei que amplia a inviolabilidade dos escritórios de advocacia. O projeto (PLS 36/06) tem por meta coibir ações policiais nos escritórios de advogados em busca de supostas provas contra clientes defendidos por eles.

– O veto ao projeto que assegura imunidade ao exercício da profissão de advogado seria um retrocesso no Direito brasileiro – disse Sarney, para quem a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já tem papel preponderante na fiscalização dos maus profissionais.

TELEFONIA - Marco Maciel (DEM-PE) disse que o século 21 está assistindo a uma grande revolução tecnológica e científica que, no Brasil, coincidiu com o desenvolvimento das telecomunicações depois do processo de privatização, que agora está completando dez anos. Para Maciel, a privatização da Telebrás mudou o país. O senador citou números do especialista Etevaldo Siqueira: eram 5,5 milhões de celulares, hoje são 173 milhões. Em 1998, havia 19 milhões de telefones fixos, hoje são 40 milhões. A internet ligava, apenas, 1,4 milhão de brasileiros e hoje conecta 40 milhões. O parlamentar ressaltou ainda que o telefone não chegava a muitos rincões do Nordeste e, onde havia redes, chegava a custar R\$ 3 mil a linha telefônica.

Voz do Leitor

ALERTA NA SAÚDE

“Sou um homem do povo, faço parte da maioria. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi um imposto justo, atingindo todas as camadas sociais. Tenho uma grande preocupação com o futuro da nossa gente, quando se faz alguma coisa nas áreas de saúde, educação, moradia, enfim, de benefícios para a população. Assisti um documentário com forte crítica ao sistema de saúde nos Estados Unidos, dito país de primeiro mundo. Fiquei impressionado e preocupado. Será que no sistema atual, em que empresas atuam na saúde no nosso país, serão usados os mesmos mecanismos para angariar fortuna? O nome do filme é *Sicko healthcare improvement*, de Michael Moore. São 80 minutos de realidade que nos deixam de cabelo em pé. No caso do Brasil, esperar que os formadores de opinião batam na questão, acho difícil, devido aos interesses da grande mídia. Podemos contar com os nossos representantes, que devem ficar alertas para as ações dos lobistas, que sugam o nosso povo.”

Valter Giovane da Mata, de Vespasiano (MG)

CPMF

“Lamento a extinção da CPMF, porque era um dos raros impostos pelo qual os ricos contribuam indiretamente para os pobres. Quem movimentava mais dinheiro? Na minha opinião, os pobres é que não são.”

Lindcy Pereira de Araújo, de Canindé (CE)

VIOLÊNCIA URBANA

“O problema da violência urbana no Brasil é gritante. As pessoas, com medo da violência, acabam agredindo

outras inocentes. É preciso ter muita cautela na hora de julgar alguém. Todos esses problemas são reflexos da pobreza, da fome e da má qualidade de vida das cidades. Precisamos construir um país melhor.”

Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)

AÇÃO CONTRA O CRIME

“Peço providências urgentes contra os criminosos e assaltantes que estão tomando conta do mundo. Penas mais duras devem ser aplicadas, pois ninguém agüenta mais. Já passei por várias situações difíceis e tenho até medo de sair de casa.”

Nilma Carmem, de Mogi das Cruzes (SP)

LEGADO

“Senador Jefferson Péres, gostaria de agradecer, em nome do povo brasileiro, pelos relevantes serviços prestados ao nosso país, que perde não somente um senador, mas um homem público dos mais respeitados no nosso cenário político, enfim, perde o Senado Federal, perde o Amazonas e perde o Brasil. Que a sua contribuição sirva de legado aos homens públicos deste país, que o seu exemplo de probidade e de firmeza se transforme num espelho para a classe política.”

Sandro Luís Pacheco, de Juiz de Fora (MG)

JORNAL DO SENADO

“O *Jornal do Senado* presta serviço de grande relevância intelectual devido às matérias e reportagens isentas de prerrogativas. Informar os trabalhos parlamentares e publicar matérias especiais que colaboram com a cultura política de nossa gente é provar a seriedade da coisa pública!”

Célio Borba, de Curitiba (PR)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ambiente legal

Risco nos agrotóxicos?

“O que se consome de agrotóxicos no Brasil é desproporcional à quantidade de alimentos. As pessoas não têm informações para saber usar agrotóxicos de maneira adequada. Quem está usando ou manipulando esses agrotóxicos são pessoas que não sabem ler, não conhecem toxicidade, fazem aplicação

sem blusa, sapatos etc. Então, essa estrutura é totalmente desorganizada”. A afirmação é da coordenadora do Sistema Nacional de Informação Tóxico-Farmacológica (Sinitox) da Fiocruz, Rosany Bochner, a propósito da liminar que suspendeu a reavaliação de agrotóxicos, a cargo da Anvisa.



LUIZ CHAVES/PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL

Ao ressaltar que o Brasil é o 2º maior consumidor de agrotóxicos, Rosany Bochner adverte que esses produtos podem causar intoxicações agudas graves em trabalhadores e em pessoas expostas acidentalmente. “Outro aspecto muito relevante são as intoxicações crônicas, ou seja, são aquelas em que há uma exposição por um longo período de tempo, em que os sintomas ficam ‘mascarados’ e que podem causar problemas sérios de saúde, como câncer, alterações hormonais, má-formação fetal, entre outros. Até mesmo uma pessoa que não trabalhe com agrotóxicos, mas que se alimenta com produtos que tenham essas substâncias, pode adquirir essas doenças”, afirma a especialista.

COMÉRCIO LIBERADO - Questionada sobre o fato de que muitos agrotóxicos utilizados no Brasil não podem ser usados em outros países, Rosany Bochner disse que, com a proibição de produtos com agrotóxicos, sobretudo na Europa, Estados Unidos e China, as empresas acabam vindo para o Brasil, onde a demanda é muito grande, pois a comercialização é liberada. “Os produtos são ‘empurrados’ porque, nesses países, a legislação não permitiu sua comercialização. E se não foram aceitos lá, por que deveriam ser aceitos aqui?”, indaga Rosany.

ARGUMENTO DAS EMPRESAS - Rosany Bochner ressalta que a reavaliação dos agrotóxicos está sendo feita com base legal, por meio da Lei 7.802/89 e do Decreto 4074/02. A especialista observa que o sindicato das empresas de agrotóxicos alega que deveria participar do processo, “só que essa reavaliação é uma questão técnica, os fabricantes não têm esse direito. Logicamente, as empresas não querem participar da reavaliação; na verdade, elas não querem que os produtos sejam proibidos e saiam do mercado, ou que haja uma troca de formulação. A Anvisa não tem interesse comercial nenhum na proibição dos agrotóxicos”.

Frases

“Um artista que deixou tantas obras espalhadas por Brasília não morre. Para sempre, Athos Bulcão estará com os brasilienses e com aqueles que nos visitam”

Cristovam Buarque, ao receber a notícia da morte do artista plástico Athos Bulcão.

“O importante é que o Legislativo possa funcionar e que possamos continuar a dar uma resposta à opinião pública, à sociedade brasileira, aos cidadãos do Brasil”

Garibaldi Alves, sobre o calendário que pretende discutir com os senadores para impedir a paralisação do Senado no período eleitoral.

“Fica um apelo para que o presidente da República não venha a vetar esse projeto e encontre uma fórmula na qual viabilize a presença do advogado na vida e no sistema do nosso Direito sem que haja ameaça à sua liberdade de exercer a profissão”

José Sarney, sobre possível veto a projeto que impede que escritórios de advocacia sejam objeto de ações policiais em busca de provas contra clientes.

“É muito importante que os muros entre aliados deixem de existir, que os muros entre todos os países possam cair e que os muros que separam raças e tribos, nativos e imigrantes, cristãos, muçulmanos e judeus não mais permaneçam. São muros que precisamos derrubar”

Eduardo Suplicy, que, citando Barack Obama, fez um apelo para que também sejam abertas as fronteiras entre os países americanos.

“Não se pretende limitar as transformações de um idioma porque elas são incontáveis. As línguas são de propriedade dos usuários. Elas vão se mantendo ou modificando no ritmo próprio interno das culturas”

Marco Maciel, sobre o acordo ortográfico da Língua Portuguesa que começa a valer em 2009.

Foto da Semana

O Senado iniciou os trabalhos do semestre, após o recesso parlamentar, na sexta-feira, 1º de agosto. Durante a sessão, os senadores se revezaram em discursos de homenagem ao artista plástico Athos Bulcão, falecido em Brasília na quinta-feira, aos 90 anos. Na foto, Epitácio Cafeteira (E) e José Sarney, na composição da mesa, recebem o cumprimento de Efraim Morais



JOSÉ CRUZ



GIOVANNI SERGIO

O músico potiguar Tico da Costa abre a temporada Bossa Nova no Senado nesta segunda-feira

Homenagens no ritmo da Bossa Nova

Como parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola 2008 – lançado pelo Senado em maio deste ano –, será realizada uma série de *shows* para comemorar os 50 anos do movimento musical Bossa Nova.

A temporada Bossa Nova no Senado será aberta nesta segunda-feira, com apresentação do músico potiguar Tico da Costa. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO), um dos coordenadores da comissão organizadora do Ano Cultural, assistirão à abertura do programa.

O projeto prosseguirá nos

dias 12, 13 e 14 deste mês, com apresentações de artistas que são servidores do Senado. Na próxima terça-feira (12), haverá uma apresentação da compositora e cantora Ângela Brandão, repórter da TV Senado. Dando continuidade à agenda, na quarta-feira, o pianista Toninho de Paula, que é consultor legislativo, mostrará clássicos da Bossa Nova. E, na quinta-feira (14), a Bossa Nova será lembrada na apresentação de Vanessa Pinheiro, assessora do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Todos os *shows* acontecerão no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis (Avenida N/2, anexo do Senado),

a partir das 19h, com censura livre e entrada franca. As apresentações também poderão ser acompanhadas pelo site www.interlegis.gov.br.

A agenda do Ano Cultural para agosto prevê ainda a celebração do centenário de nascimento do escritor Guimarães Rosa e um painel de debates e outras atividades sobre 1968. O ano foi marcado em todo o mundo por contestações políticas e, no Brasil, também pelo recrudescimento da ditadura militar.

Em setembro, o destaque são as homenagens ao escritor e jornalista Machado de Assis. Em outubro, as atenções se voltam para o escritor alagoano Graciliano Ramos.

Programa reprisa entrevista sobre reforma tributária

O programa *Conexão Senado* sobre reforma tributária transmitido em março volta ao ar na Rádio Senado nesta segunda-feira, ao meio-dia.

A proposta do Poder Executivo está na Câmara dos Deputados e o presidente daquela Casa, Arlindo Chinaglia, já antecipou que esta será uma das principais matérias a serem votadas nos próximos meses. Votado na Câmara, o projeto será enviado ao Senado, onde tramita proposta diferente da apresentada pelo governo, resultado do trabalho

da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, criada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves Filho, as eleições municipais de outubro não vão impedir o funcionamento da Casa. E segundo o líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), a presença dos parlamentares em Plenário durante alguns dias na semana, neste segundo semestre, poderá garantir a aprovação da proposta até o fim de 2008.

TV Senado transmite palestras sobre legislação eleitoral

A TV Senado exhibe desta segunda-feira (4) até o dia 18 de agosto, sempre às 7h da manhã, palestras que fizeram parte do evento *Eleições 2008 – Instruções e inovações jurisprudenciais*, realizado em Belém (PA) em março deste ano. Será exibida uma palestra por dia. As conferências tratam da legislação eleitoral em vigor já nas eleições de outubro próximo e contam com nomes de peso na área de Direito Eleitoral. São eles:

- “A ação de investigação judicial eleitoral relativa à arrecadação de campanha”, com o corregedor do TSE, ministro José Augusto Delgado (DF).
- “A evolução dos mecanismos de fiscalização eleitoral”, do jurista Fernando Neves (DF).
- “O combate à captação ilícita de sufrágio para a preservação da democracia brasileira”, ministrada pelo jurista Walter Costa Porto (DF).
- “Crimes eleitorais”, com a desembargadora federal Suzana

de Camargo Gomes (SP).

- “As mudanças das normas sobre propaganda eleitoral e práticas proibidas”, com o jurista Olivar Coneglian (PR).

- “A jurisdição constitucional eleitoral”, com o jurista Torquato Jardim (DF).

- “As condutas vedadas aos agentes públicos”, com o procurador da República Francisco de Assis Sanseverino (RS).

- “Inovações nas prestações de contas eleitorais”, com a servidora do TSE Leonice Vera Severo Fernandes (DF).

- “Reforma política da OAB, fidelidade partidária e inovações jurisprudenciais do TSE”, com o jurista Valmir Pontes Filho (CE).

A proposta do seminário é difundir o conhecimento das instruções estabelecidas pelo TSE para as eleições de 2008. As palestras abordam todas as regulamentações relativas à preparação e capacitação que regem as eleições municipais deste ano.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo
19h30 - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
11h - Música do Brasil
12h - Música e informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Siga Brasil é tema de seminário no Japão

Desenvolvido há oito anos para ser ferramenta dos consultores de orçamento do Senado, o Siga Brasil tornou-se importante instrumento para o controle social dos gastos públicos. Esse reconhecimento vem ultrapassando as fronteiras do país. Recentemente, o governo japonês convidou o Senado Federal para participar de um seminário para troca de experiências sobre a descentralização de recursos federais, controle, transparência e eficácia na sua aplicação.

No seminário, realizado de 29 de junho a 4 de julho, em Tóquio, Kyoto, Otsu e Konan, o consultor-geral do Orçamento, Fábio Gondim, apresentou o Siga Brasil e constatou que o Japão não possui um sistema equivalente. O secretário de Planejamento de Shiga, importante província japonesa, demonstrou grande interesse em conhecer melhor o sistema de controle dos gastos federais desenvolvido pelo Senado. O que deve ser viabilizado nos próximos meses, segundo Gondim.

O consultor-geral atribuiu o interesse dos japoneses ao destaque que foi dado ao Siga Brasil no último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os sistemas eletrônicos adotados por vários parlamentos do mundo. "O Siga Brasil foi o sistema que recebeu o maior destaque, com duas páginas de informação", ressaltou Gondim. A Consultoria de Orçamento já foi procurada por espanhóis, cubanos, americanos e franceses, interessados em obter informações sobre o sistema.



Fábio Gondim (E), Serys e Efraim na cerimônia de lançamento do sistema de controle dos gastos públicos

Senadores demandam mais à Consultoria

O número de trabalhos requeridos pelos senadores à Consultoria Legislativa da Casa tem crescido anualmente desde 1998. Segundo dados levantados pelos consultores, apenas no primeiro semestre de 2008 foram feitas 4.964 consultas, número maior do que toda a produção do órgão de assessoramento em 2001.

Do total de trabalhos realizados no primeiro semestre deste ano, 2.058 se referiram a temas de Direito; 1.442 à área social; 650 à área de economia; e 163 ao processo legislativo. Além disso, foi contabilizada a redação, pelos consultores, de 651 pro-

nunciamentos solicitados pelos senadores.

Um dos principais trabalhos desenvolvidos pelos consultores é a elaboração de minutas de projetos de lei e de pareceres a essas matérias. Eles também preparam estudos temáticos, a pedido dos senadores, sobre, por exemplo, legislação de meio ambiente na Suécia ou sobre política indigenista no Canadá.

Na avaliação do consultor-geral legislativo Bruno Dantas, o expressivo aumento da procura dos senadores por orientação especializada revela uma preocupação maior dos parlamentares em aliar

a atividade política à técnica. Assinalando a importância do trabalho de assessoramento prestado pelos consultores legislativos, Dantas ressalta que, em média, 90% dos relatórios apreciados pelas comissões da Casa, a cada ano, são previamente analisados pela Consultoria.

– Não necessariamente o senador segue o que o consultor sugeriu, mas ele pede a análise – informou Dantas, lembrando que, ao tomar uma decisão, o senador leva em consideração, além dos aspectos técnicos, os compromissos com a sociedade e a sua própria convicção.

Presidência

Gastos estaduais poderão entrar em sistema do Senado

No dia 14 de agosto, o ex-senador Geraldo Althoff apresentará ao governador de Santa Catarina, o peemedebista Luiz Henrique, proposta de convênio com o Senado para colocar o orçamento estadual no Siga Brasil. Se o governador assinar a minuta que foi encaminhada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, a todos os estados, será o primeiro a se engajar em uma iniciativa pioneira: dar transparência aos gastos estaduais, utilizando o sistema desenvolvido pela Consultoria de Orçamento do Senado e pelo Prodasen, que emite relatórios gerenciais simplificados e acessíveis ao cidadão.

Governadores têm até 15 de agosto para se manifestarem, diz Garibaldi

O projeto é considerado prioritário pelo presidente do Senado. No documento enviado aos governadores, Garibaldi estipulou até 15 de agosto como a data para que eles manifestem o interesse em participar do projeto que viabilizará o controle social dos orçamentos estaduais. A meta de Garibaldi é atrair também os municípios nessa campanha de adesão ao Siga Brasil. "O objetivo de Santa Catarina é sair na frente", disse Althoff, que é secretário de estado da Articulação Nacional do governo catarinense.

A idéia, segundo o ex-senador do DEM, surgiu em decorrência da obrigatoriedade legal de acompanhar a aplicação das verbas federais no estado. Althoff contou, em entrevista ao **Jornal do Senado**, que na terceira reforma

administrativa do governo Luiz Henrique esse monitoramento foi incluído, por meio de lei estadual aprovada em abril de 2007, como competência da sua secretaria. No início deste ano, começaram os estudos para operacionalizar essa exigência legal. "Foi então que sugeri a utilização do Siga Brasil", lembrou Althoff. Sete das 13 pessoas que compõem a sua equipe foram treinadas no primeiro semestre. As outras serão capacitadas nos próximos meses.

Além de acompanhar as verbas federais, o secretário resolveu propor a abertura do orçamento estadual. Em junho, durante audiência

com Garibaldi, Althoff e o secretário adjunto de Planejamento de Santa Catarina, Túlio Tavares Santos, trataram do interesse do governo catarinense em interagir com o Senado, na busca de dar transparência aos gastos, tanto federais quanto estaduais.

Embora não tão adiantados como Santa Catarina, dois outros estados, Pará e Goiás, já começaram os entendimentos na área técnica para abrir suas contas. Nessa primeira fase, a meta é convidar os estados a participarem do projeto. Mas há estudos para, em uma segunda etapa, induzir essa adesão, como por exemplo condicionar a transferência voluntária de recursos federais aos estados que concordarem em dar transparência aos seus gastos.

Abertas inscrições para o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Já estão abertas as inscrições para indicações ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2009, instituído para homenagear mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil. A premiação é concedida desde 2002.

As candidatas devem ser designadas por entidades governamentais ou não-governamentais de qualquer lugar do país. A indicação deverá ser encaminhada à Mesa do Se-

nado com respectivo currículo e justificativa até o dia 1º de novembro deste ano. O modelo do formulário pode ser encontrado no endereço http://www.senado.gov.br/web/comunica/bertha_lutz/.

A premiação é coordenada pelo Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, presidido por Serys Shlessarenko (PT-MT). Para obter mais informações, entrar em contato com o gabinete da senadora pelos telefones (61) 3311-2291/2293.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Tensão e estresse causam bruxismo

O hábito de apertar e ranger os dentes, que provoca dor e problemas na articulação da mandíbula, parece estar se tornando cada vez mais comum. Segundo os dentistas, cerca de 15% das pessoas são afetadas. Fortes dores de cabeça e desgaste dos dentes são algumas das conseqüências do problema, que pode ocorrer durante o sono e no período de vigília. Veja nesta edição como reconhecer e tratar essa disfunção.

Disfunção pode aparecer em qualquer idade

Apertar e ranger os dentes quando não se está mastigando é uma disfunção que atinge, em média, 15% da população, de acordo com especialistas. São muitos os fatores, físicos e emocionais, inclusive genéticos, que levam a pessoa a apertar inconscientemente os dentes de forma sistemática e constante. Em geral esse hábito começa durante o sono (bruxismo), podendo estender-se também ao período em que a pessoa está acordada (briquismo).

O bruxismo e o briquismo estão relacionados ao estresse em 100% dos casos. Segundo os dentistas, todos os pacientes com sintomas de bruxismo têm a tensão emocional aumentada. Estresse, depressão, uso de drogas,

ansiedade, medo e expectativas incertas sobre o futuro, por exemplo, são fatores que podem desencadear o problema. Um alinhamento incorreto dos dentes e o conseqüente fechamento inadequado da boca também estão presentes na maior parte dos casos, mas dificilmente são suficientes para causar o aperto constante dos dentes.

A pessoa aperta os dentes numa tentativa inconsciente do organismo de livrar-se da tensão emocional e, ao fazê-lo, o corpo “percebe” que os dentes não estão alinhados adequadamente, esforçando-se por cumprir a “ordem” de cerrar os dentes. Está delineada a situação que pode acabar causando sérios problemas físicos e emocionais.

Conseqüências

As dores de cabeça crônicas são o sintoma mais comum dos portadores de bruxismo e briquismo. Elas surgem como conseqüência da contração excessiva dos músculos da mastigação, podendo atingir rosto, pescoço, ouvido e até ombros. O período crítico de dor ocorre pela manhã (se há predomínio do bruxismo) ou à tarde (se a pessoa desenvolveu briquismo).

Outro problema decorrente do ranger dos dentes são disfunções na articulação da mandíbula, que, além de doer, pode estalar, travar, restringir a abertura da boca e até desviar-se para o lado no ato de abrir ou fechar

a boca.

Também são freqüentes a dor e o desgaste dos dentes. A dor é maior pela manhã e o desgaste pode chegar à gengiva. Em dentes mais frágeis, que têm ou tiveram cáries, o ranger pode provocar a quebra. Se o problema não é tratado e a gengiva inflama, pode ocorrer uma perda do suporte ósseo dos dentes, que se tornam móveis.

A qualidade do sono também é seriamente prejudicada, o que causa cansaço constante, agrava a tensão emocional e, conseqüentemente, o bruxismo ou briquismo.

Diagnóstico e tratamento

Em geral, no início a pessoa não percebe que tem bruxismo e/ou briquismo. Só quando a disfunção se instala e se agrava ou quando alguém, em geral marido ou esposa, percebe o ruído, é que ela toma consciência do problema. A falta de informação pode ainda levar a pessoa a demorar para procurar ajuda, o que agrava em muito as conseqüências.

O diagnóstico geralmente é feito depois que surgem algumas dessas complicações. O dentista então deve fazer uma verificação completa da boca e propor um plano de ação para eliminar as causas da mordida imperfeita. Pode ser necessário, inclusive, usar um aparelho ortodôntico para criar ou restaurar o alinhamento adequado dos dentes.

Ir ao dentista não basta

O bruxismo e o briquismo são um termômetro psicológico instalado na boca. Para eliminar essas disfunções, é necessário identificar as causas da tensão e, na medida do possível, reduzi-la ou eliminá-la. Não deixe de:

- Praticar esportes
- Fazer ioga e outros exercícios de relaxamento regularmente
- Buscar tratamento para os distúrbios psiquiátricos causadores do bruxismo, como depressão e ansiedade, inclusive usando medicamentos, se o médico considerar necessário
- Fazer a psicoterapia recomendada pelo médico: ela identifica e trata as dificuldades emocionais associadas ao bruxismo ou briquismo
- Fechar bem a boca: o fechamento deve ser perfeito. O mau contato entre os dentes de cima e os de baixo cria pontos de atrito que aumentam a tensão muscular. Próteses malfeitas ou muito antigas devem ser trocadas
- Usar as placas de acrílico moldadas pelo dentista para dormir. Elas distribuem a força muscular em todos os dentes e não apenas em um ou dois deles mal posicionados

Crianças também sofrem

É muito comum que as crianças desenvolvam o hábito do bruxismo em razão das alterações no alinhamento dos dentes causadas pela troca dos dentes-de-leite pelos definitivos. Cerca

de 15% delas apresentam a disfunção. Nesse caso o bruxismo tende a desaparecer normalmente com o tempo. O uso de uma placa para dormir moldada pelo dentista pode minimizar a disfunção ou mesmo resolver o problema.



Saiba mais

Associação Brasileira de Odontologia (ABO)
Rua Vergueiro, 3.153 – 8º andar – conj. 82/83
São Paulo (SP) – CEP 04101-300
(11) 5083-4000
www.abo.org.br